



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O PANORAMA POLÍTICO SANTA-MARIENSE
ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL E O
JORNAL A RAZÃO 1964-1968**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria Cenoli Diniz do Nascimento

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**O PANORAMA POLÍTICO SANTA-MARIENSE
ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL E O
JORNAL A RAZÃO 1964-1968**

por

Maria Cenoli Diniz do Nascimento

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PANORAMA POLÍTICO SANTA-MARIENSE
ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL E O
JORNAL A RAZÃO 1964-1968**

Elaborada por
Maria Cenoli Diniz do Nascimento

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

André A. Ferting, Dr. (UFSM)

Vitor O. Fernandes Biasoli, Dr. (UFSM)

Beatriz Teixeira Weber, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 12 de julho de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

O PANORAMA POLÍTICO SANTA-MARIENSE ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL E O JORNAL A RAZÃO 1964-1968

AUTORA: Maria Cenoli Diniz do Nascimento

ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de julho de 2009.

O ano de 1964 foi marcado pelo Golpe que derrubou o Governo de João Goulart (1961-1964). O novo governo, liderado por militares e civis, legitimou o poder através de Atos Institucionais para cumprir as metas propostas do novo modelo político que se instaurou no Brasil e também para cancelar as liberdades individuais e coletivas, com cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Este estudo apresenta a construção e a consolidação desse novo modelo político civil-militar. Parte da utilização da crise econômico-política do Governo de João Goulart e a presença de um imaginário anticomunista na elite brasileira, em um mundo caracterizado pela bipolarização, justificativas para a conquista do apoio ao projeto golpista. A partir deste cenário nacional, foi importante averiguar as posições políticas presentes na imprensa jornal *A Razão* e no Parlamento santa-mariense, através de seus edis e idéias de seus respectivos partidos políticos. Nesse sentido, Santa Maria, caracterizada pela presença de um forte reduto trabalhista, representado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como também de um núcleo conservador, apresentou um cenário de disputas políticas. No centro delas se confrontavam as diferentes facções de apoiadores e opositores de Goulart o qual colocou em conflito as propostas trabalhistas com as posições do Governo Civil- militar.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Santa Maria; Parlamento; Imprensa.

ABSTRACT

Especialization Monography
Graduate Program in Brazilian History
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

SANTA MARIA POLITICAL SCENERY THROUGH MUNICIPAL CHAMBER REGISTERS AND THE TOWN PAPER A RAZÃO 1964-1968

AUTHOR: Maria Cenoli Diniz do Nascimento

ADVISOR: Diorge Alceno Konrad

Defense Place and Date: Santa Maria, July 12th, 2009.

1964 was marked by the military-led coup which overthrew Brazilian President João Goulart (1961 -1964). The new government, led by military and civil authorities, legitimated its power through Institutional Acts to meet the goals established by the new political order and also to suspend and restrict civil and political rights. This study addresses the construction and consolidation of the new civil-military political model. It shows how the political-economic crisis of the Goulart government and an anticommunist feeling latent in the Brazilian elite as well as a world divided between two political forces helped to conquer popular support to the coup at the local level. This work analyzes the political stand taken by press - newspaper A Razão – and the municipal government and party representations. Santa Maria, characterized by a strong Labor Party (PTB) as well as an influent conservative group had many political disputes. Within such disputes, different groups of pro and against banned President Goulart led to opposition between Labor Party proposals and the positions of the new civil-military government.

Key-words: Military coup of 1964; Santa Maria; Parliament; Press.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: 1964-1968	8
3 SANTA MARIA: O LEGISLATIVO SANTA-MARIENSE	25
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, busca-se avaliar os eventos que permearam o conhecido período da história recente do Brasil, denominado *anos de chumbo*, popularizado para a Ditadura Civil-Militar instaurada com o Golpe de 1964. O limite temporal aqui proposto se dá entre os anos de 1964 e 1968. Para tanto, optou-se, a partir do cenário nacional, com um recorte de história local, buscar a relação destes acontecimentos no âmbito do Legislativo na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Atualmente, a História Política abrange as fronteiras de estudo, contextualizando a diversidade dos setores sociais e econômicos, capazes de mostrar os movimentos das sociedades. Nesse pressuposto, insere-se este estudo no campo da Nova História Política, o qual se configura com uma nova roupagem, não mais pensada enquanto história dos grandes feitos políticos, voltada apenas a grandes acontecimentos e relacionada a personagens ilustres. Pelo contrário, pensada com um campo de poderes que circundam relações bem mais complexas, envolvendo grupos sociais distintos e heterogêneos.

A história política é um elemento explicativo importante em todo o contexto social e encerra objetos de estudos que se configuram como representações sociais. Em decorrência, a historiografia renovada permite tecer as tramas mais complexas das lutas transcorridas, neste importante e vasto campo de objetos e possibilidades.

Teoricamente, esta pesquisa fundamenta-se em História Política, com base nas idéias de Jacques Julliard, a partir de seu artigo *A Política*, que se encontra na obra dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: novos problemas*¹, bem como nas idéias de René Rémond, a partir de seu clássico *Por uma história política*².

Os partidos políticos brasileiros, no período que compreende os anos de 1964 a 1968, encontravam-se submetidos a uma vigilância e a um controle implantado pelos governos autoritários militares. Dentro desse processo, foram cassados, e parlamentares perderam mandatos, ocorrendo um significativo enfraquecimento dessas agremiações. O Estado Civil-Militar brasileiro selecionou os partidos políticos para consolidar um projeto autoritário, a partir de bases partidárias excessivamente conservadores. Nesse contexto, a partir do AI-2, em 1965, surgiu o bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹ Edição brasileira de 1995.

² A referência daqui é a obra editada em 2003.

Considerando-se estas assertivas, buscou-se definir o contexto político de Santa Maria, através do Legislativo Municipal e de sua relação com a conjuntura nacional, durante a primeira fase da Ditadura Civil-Militar (1964-1968), procurando-se colaborar para um entendimento histórico que priorize as redes políticas locais.

No primeiro momento, busca-se o fim da trajetória política de João Goulart na Presidência da República, iniciada com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, que, conseqüentemente, desencadeou os embates políticos para seu Vice, João Goulart, a fim de assumir a Presidência do Brasil, conforme estabelecia a Constituição brasileira.

Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, discursou para a nação brasileira, solicitando ao povo que resistisse ao golpe dos ministros, e fez um apelo aos militares para que mantivessem a decisão pela legalidade. O apelo foi atendido e a Praça da Matriz (em Porto Alegre) ficou repleta de populares, em apoio ao governador do Rio Grande do Sul. Para garantir a posse de João Goulart na presidência da República, a mobilização deveria ser em âmbito nacional. Brizola e seus colaboradores organizaram a cadeia radiofônica da legalidade que funcionava na Rádio Guaíba. Os discursos do governador eram transmitidos através de 150 rádios do estado gaúcho, atuando em ondas curtas em todo o país.

Nesse ínterim, Brizola conseguiu a adesão da maioria, inclusive do III Exército que rompeu com a hierarquia militar e apoiou a Campanha da Legalidade. Ocorreram manifestações de vários setores em todo o país, sendo que a movimentação da sociedade, juntamente com apoio dos militares, obteve êxito. Em sete de setembro de 1961, embora com poderes limitados, João Goulart assumiu a presidência da República.

Este contexto resultou de um acordo político que instituiu, a partir da Constituição de 1946, uma emenda estabelecendo o Parlamentarismo. Com as limitações estabelecidas, João Goulart assumiu a Presidência da República, todavia encontrou dificuldades para governar. Em função de pressões políticas e de problemas econômicos ocorridos no país, em 1963, foi realizado um plebiscito, dando a vitória ao Presidencialismo.

O governo de João Goulart estava inserido no contexto de instabilidade política, com crise econômica e efervescência das pressões operárias e camponesas, aliando-se à preocupação das elites conservadoras com as Reformas de Base. A crise política chegou ao seu ápice com a tomada do poder pelos militares, quando o Estado brasileiro passou a utilizar-se de mecanismos repressivos e centralizadores, para legitimar o novo governo.

Nesta direção, em um segundo momento, busca-se definir o contexto político de Santa Maria, através do Legislativo Municipal e de sua relação com o quadro nacional, bem como contribuir para a história local. Para tanto, prioriza-se documentos como Atas das sessões da

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1964-1968, a partir da busca da relação com o contexto político nacional. Nesta abordagem, outra fonte importante é o jornal *A Razão*, várias vezes citado por expressar de forma jornalística o tema proposto, em nível local e regional. Utilizou-se, também, a pesquisa bibliográfica, com parte da historiografia produzida sobre o Golpe Civil-Militar.

Nesse sentido, enfatizam-se os conflitos entre os vereadores santa-marienses, conforme respectivas posições políticas, quanto às acusações e defesas dos momentos de legitimação do novo modelo político apresentado pelo governo pós-1964.

A hipótese é a de que o Parlamento de Santa Maria, frente ao poder Executivo e à sociedade civil, foi direcionado para justificar e consolidar a ideologia do Estado autoritário implantado com o Golpe de 1964, no período 1964-1968. A censura, a tortura e o autoritarismo político, práticas implantadas na época da Ditadura Civil-Militar brasileira, foram mecanismos que serviram para legitimar o poder e para cooptar/silenciar o trabalho dos parlamentares.

Como objetivo geral, busca-se compreender como se construiu e como foram percebidas, em âmbito local, as relações de poder entre os parlamentares santa-marienses, durante os anos 1964-1968.

Justifica-se o mérito desta pesquisa, concebendo-a como contribuição a um repensar histórico sobre Santa Maria, em um momento político significativo, em que os estudos referentes ao assunto são pertinentes, uma vez que contemplam uma abordagem caracterizada em importante âmbito municipal.

Entende-se que um trabalho de investigação histórica tem o poder de auxiliar a comunidade na compreensão da situação política e social da qual a mesma faz parte. Não obstante, permite que os cidadãos possam conhecer e interpretar os acontecimentos de forma mais consciente, ou seja, que os sujeitos sociais revejam ocorrências do passado e, de posse deste conhecimento, trilhem diferentes caminhos.

2 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: 1964-1968

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961³, ocorreu no cenário nacional uma crise política. Conforme a Constituição de então, a Presidência da República deveria ser exercida pelo Vice-Presidente João Goulart, mas este não era aceito por militares ultraconservadores e por setores liberais ligados à UDN, os quais o consideravam perigoso para a democracia brasileira.

Para compreender essa conjuntura política, é pertinente lembrar o governo Jânio Quadros, principalmente na política externa. Quadros prestou homenagem a Che Guevara e visitou Cuba, deixando, principalmente, os udenistas descontentes, sobretudo, quanto ao sistema político cubano que se encaminhava ao Socialismo⁴. Conforme explicação de Kuhn, Jânio Quadros, “[...] adotou uma política externa independente, buscando restabelecer relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas” (2004, p. 34).

Tais atitudes, na política externa do governo de Jânio Quadros, possibilitaram embates entre seus opositores e àqueles que apoiavam as idéias do mesmo. O contexto internacional estava impregnado de uma bipolarização, marcada pela bipolaridade da chamada Guerra Fria, sendo que os governos brasileiros anteriores a Jânio Quadros haviam se colocado ao lado dos Estados Unidos⁵, que representavam as propostas contrárias aos Estados socialistas.

O Presidente Jânio Quadros, ao buscar relações políticas e comerciais com o outro bloco, ligado à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, demonstrava aos opositores de sua política externa uma discrepância de idéias e sugeria em atitudes cotidianas uma posição política independente.

Na política interna, Jânio Quadros tomava decisões pessoais e moralistas no cotidiano da sociedade brasileira, como afirma Paes (1993), proibindo a briga de galos, as corridas de cavalo em dias de semana e o lança-perfume no carnaval, ao mesmo tempo em que

³ Jânio Quadros foi eleito em 1960, por uma coligação de vários partidos políticos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR) e dissidências do Partido Social Progressista (PSP) e Partido Social Brasileiro (PSB) (Cf. PESAVENTO, 1991, p. 64).

⁴ Pode-se definir Socialismo como uma política que defende a posse ou o controle dos meios de produção, capital, terra, propriedades pela comunidade em conjunto e a sua administração no interesse de todos. Para Bobbio. O autor do verbete socialismo foi Cesare Pianciola, em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras [...]. (Cf. BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1197).

⁵ Durante os governos de JK e JQ houve certa inflexão na política externa brasileira quanto ao alinhamento automático em relação aos EUA, mas nada que mudasse o seu conteúdo, como seria mais tarde, durante o governo de João Goulart.

regulamentou o uso de biquínis. Em face disso, acumulou descontentamentos de vários segmentos sociais, por governar através de bilhetes manuscritos, desenhando um contexto de inquietação política, somando-se às medidas como o congelamento de salários, as restrições ao crédito, a desvalorização do cruzeiro. As medidas resultaram em recrudescimento de manifestações de empresários e operários que desejavam participar das propostas governamentais. Nesse contexto, Jânio Quadros apresentou a renúncia ao Congresso Nacional, tendo como objetivo estratégico uma chantagem política e objetivando retornar nos “braços do povo”.

João Goulart, Vice-Presidente, sucessor legal à Presidência da República, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encontrava-se na República Popular da China, liderando uma missão comercial. A política autônoma frente ao bloco ocidental, de estabelecer comércio com Estado do bloco socialista fazia crescer a oposição a João Goulart como legítimo sucessor de Jânio Quadros. Sobre esse contexto nacional, Paes considera:

Com a sua renúncia, uma tentativa frustrada de obter poderes especiais, polarizou as forças sociais levando os nacionalistas e as esquerdas a se posicionarem diante da ação dos militares e setores burgueses que, sob alegação do ‘perigo comunista’, tentaram impedir a posse de Goulart (1993, p. 35).

Entende-se que Jânio Quadros havia planejado retomar o governo com mais poderes depois da renúncia, e que construiu em seu imaginário a idéia de que o Congresso Nacional não aceitaria o pedido. Entretanto, o Legislativo decretou a vacância do cargo e a aceitação da renúncia pelo Congresso Nacional, somando-se ao silêncio do povo, que também não se manifestou em prol de seu retorno. Nesse ínterim, instalou-se uma crise político-militar que tinha no seu âmago a defesa da exclusão do Vice-Presidente Goulart da Presidência da República, eleito democraticamente através dos dispositivos da Constituição de 1946, sendo legítimo sucessor de Jânio Quadros.

Essa conjuntura política desencadeou reações contrárias, tanto a favor como contra a posse de João Goulart. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou o Movimento pela Legalidade, cujo objetivo central era o cumprimento da Constituição brasileira. Para tanto, mobilizou-se, formando uma rede das rádios gaúchas, chamando o povo para tomar as ruas, com vistas a dar apoio à Constituição e a lutar contra o golpe civil-militar. Sobre esse contexto, afirma Kuhn:

Montando o estúdio nos porões do Piratini, o próximo passo era inaugurá-lo. Às 14h23min de domingo, 27 de agosto, entrava no ar a Rádio da Legalidade. Brizola fez um discurso improvisado de dez minutos, denunciando a trama para impedir a posse de Jango e conclamando a população a resistir (2004, p. 49).

Verifica-se que o governador do Rio Grande do Sul utilizou-se do rádio como meio de comunicação para formar o Movimento da Legalidade, incentivando e criando um ambiente de embates políticos que assegurassem pontos estratégicos para a posse de Goulart na presidência. Então, organizou a Brigada Militar para defender o Palácio Piratini (sede do governo). Como resultado, parte da sociedade civil gaúcha aceitou a chamada do governador rio-grandense, dando origem a um clima de guerra civil em várias ruas de Porto Alegre, em apoio a Jango.

Enquanto isso, o Vice-Presidente fazia uma longa viagem de retorno ao Brasil, visto que o momento não era seguro para seu desembarque em solo brasileiro. Conforme explicação de Kuhn “começou em Cingapura o longo e apreensivo regresso do vice-presidente do Brasil” (2004, p. 39).

Com o recrudescimento dos embates entre apoiadores e opositores de Goulart, a saída encontrada foi um acordo político negociado para o retorno e, desta forma, garantir-lhe a posse. O acordo político vinculou-se à proposta de uma emenda à Constituição de 1964, estabelecendo o parlamentarismo como sistema de governo⁶. Para efetivá-lo, Tancredo Neves, como parlamentar, foi ao encontro de João Goulart que se encontrava no Uruguai, propondo que o mesmo assumisse.

Para Bandeira (1978), de acordo com a negociação desse encontro, houve aceitação de João Goulart em assumir a Presidência. O Congresso Nacional instituiu uma emenda na Constituição brasileira mudando o sistema de governo, permitindo a João Goulart assumir a Presidência em sete de setembro de 1961, com poderes limitados.

Dali em diante, no sistema parlamentarista, João Goulart enfrentou dificuldades para governar por estar com os poderes restritos e em função de fortes grupos de opositores. Os limites às ações de João Goulart proporcionavam politicamente a defesa ao retorno do Presidencialismo⁷. Como explica Pesavento:

⁶ Segundo Bonavides é o “sistema político em que o Presidente da República tem legitimação indireta. Cabe ao primeiro-ministro organizar o gabinete, dirigi-lo, presidir-lhes as sessões [...]. O Presidente da República exerce funções simbólicas e cerimoniais”. (Cf. BONAVIDES, 1994, p. 318-342).

⁷ De acordo com Bonavides, é o sistema político em que há um Presidente, ao mesmo tempo chefe do governo e chefe do Estado, ou seja, a chefia do governo cabe ao Presidente da República. (Cf. BONAVIDES, 1994, p. 296-7).

Sob o impacto de uma crise econômica e social, com uma inflação crescente e um enorme surto de greves, desencadeou-se uma campanha pela antecipação do plebiscito no qual a nação opinava pela volta do presidencialismo ou pela manutenção do regime parlamentarista. Em Janeiro de 1963, o Brasil voltou ao presidencialismo conferindo maiores poderes a João Goulart (1991, p. 67).

Observa-se que a soma da vontade política do governo Goulart em estabelecer mudanças sociais e a intranquilidade econômica propiciaram a realização de um plebiscito nacional, para a nação brasileira optar pela volta ou não do Presidencialismo⁸

Conforme Kuhn, o Congresso Nacional marcou o plebiscito, para o “[...] dia 6 de janeiro de 1963 [...]” (2004, p. 18), tendo como resultado a vitória do Presidencialismo, o que favoreceu João Goulart, visto que passou a ter plenos poderes em um Estado marcado por uma crise contínua. Com isso, abriu-se nova quadra de lutas políticas, segundo explica Caio Navarro de Toledo:

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais [...] (2004, p. 13).

Nesse universo, o momento foi de buscar alternativas para a crise nacional. Bandeira (1978) relata que, para resolver o conflito, foi elaborado pelo economista e ministro do planejamento Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo objetivo era estabelecer diretrizes para diminuir o processo inflacionário, o déficit público, promover o desenvolvimento, diminuir as diferenças regionais e a redistribuição de renda.

No entender de Skidmore, “as reformas eram de quatro categorias: administrativa, financeira, tributária e agrária” (1969, p. 316). O mesmo autor entende que o Plano Trienal fracassou porque a aplicação da proposta do mesmo contrariava interesses de vários grupos sociais com o aumento de impostos, corte de subsídios agrícolas, aumento dos salários do funcionalismo público e a reforma agrária⁹. Sobretudo, porque estas proposições se

⁸ Segundo Bonavides, “a consulta às urnas, de que resultou a unânime manifestação legislativa do dia 17 de janeiro de 1963 se fez mediante o plebiscito do dia 6 do mesmo mês e ano [...], aprovado a retorno à forma presidencial, mediante resposta “sim”, dada por 90% dos eleitores”. (Cf. BONAVIDES, 1994, p. 3440).

⁹ De acordo com o *Dicionário de Ciências Sociais*, a reforma agrária é um conjunto de medidas de “[...] transformação da estrutura agrária de um país, quando ela é excessivamente concentrada, de modo a tornar a propriedade, a posse e o uso da terra acessível a um maior número de famílias ou pessoas; [...] absorção da mão-de-obra excedente [...]”. Para estes autores, “a reforma agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e o latifúndio”. (Ver SILVA; NETTO, et. al, 1987, p. 1041).

contrapunham às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e as posições histórica dos latifundiários. Além disso, João Goulart empenhava-se em solidificar o projeto que ficou conhecido como Reforma de Base, que pretendia limitar a remessa de capital para o exterior, nacionalizar empresas de comunicação, realizar a reforma política, em que incluía o direito de voto para os analfabetos, embora a proposta política mais polêmica fosse mesmo a lei da reforma agrária. A seguinte passagem explica aquela conjuntura nacional:

O governo João Goulart herdava contradições dos governos precedentes: o avanço do capital monopolista e as exigências de maior nível técnico comprometiam o nacionalismo econômico, a burguesia nacional cindira-se e via-se ameaçada pela política de massas que se radicalizava; os proprietários de terra alarmavam-se com a iminência das reformas de base; e a classe média tinha receio do avanço comunista. Conter a inflação e continuar garantindo o ritmo de desenvolvimento industrial revelava-se difícil. Verificava-se um desequilíbrio entre produção e consumo: O crescimento do parque industrial levava ao inchamento do proletariado urbano, mas a incapacidade de consumo das massas, devido aos baixos salários, aumentava os níveis de tensão social e fazia crescer suas reivindicações políticas (PESAVENTO, 1991, p. 69).

Os setores conservadores conseguiram conquistar o imaginário da classe média¹⁰, impregnando-a com o temor de que a proposta socialista fosse vencedora. Por isso, aqueles, reforçaram a tática política de relacionar o comunismo com as Reformas de Base.

Somou-se a este fato a reivindicação de melhores salários pelo movimento operário e sindical. Ridenti (1993) considera que as explicações das pressões camponesas, cujas Ligas lutavam pelas realizações da reforma agrária, traduziam um contexto de dificuldades políticas para as resoluções das propostas governamentais.

É pertinente mencionar que, no planejamento das Reformas de Base, a oposição conservadora, formada pela maioria dos proprietários de terra, via seus interesses atingidos, pois o questionamento da propriedade privada era o fato mais conflitante. O anúncio das reformas aumentou a oposição ao governo e acentuou as divergências na sociedade brasileira. De acordo com Pesavento, “na medida em que as classes dominantes se afastavam do governo, este passou a voltar-se cada vez mais para a base de apoio que lhe restava: os sindicatos e os movimentos populares, com apoio dos grupos de esquerda” (1991, p. 69).

Para evitar o isolamento, o governo reforçou as alianças com correntes reformistas, como afirma Toledo (2004), aproximando-se de Leonel Brizola, da União Nacional dos

¹⁰ Para o *Dicionário de Ciências Sociais*, designa, em sentido amplo, “o estrato, dentro de uma estrutura social, considerando intermediário entre a classe alta e a classe operária”. (Cf. SILVA; NETTO et al, 1987, p. 192).

Estudantes (UNE), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, embora na ilegalidade, mantinha forte atuação nas reivindicações sociais.

Verifica-se que as forças políticas, tanto à esquerda¹¹ como à direita¹², pressionaram o governo Goulart para que reivindicações fossem atendidas. Skidmore (1969) relata que havia nas Reformas de Base uma proposta de caráter nacionalista¹³, para limitar a remessa de capital ao exterior, nacionalizar empresas de comunicação e rever as concessões para exploração de minérios. Em contrapartida, as retaliações estrangeiras foram rápidas. O governo John Kennedy e empresas privadas norte-americanas cortaram o crédito para o Brasil e interromperam a negociação da dívida externa. Na leitura de Dockhorn,

A postura adotada pelo Brasil, além de impulsionar a radicalização interna tanto da esquerda, quanto da direita, acentuou ainda mais a crise nas relações do país com os Estados Unidos, que por sua vez passou a intensificar os auxílios financeiros aos movimentos internos de oposição contra Goulart (2002, p. 104).

Nesse contexto, verifica-se que os grupos de esquerda foram tomados pelo entusiasmo, por entenderem que era chegado o momento de solidificar as propostas significativas às reformas, enquanto a direita temia a implantação das propostas reformistas, consideradas prejudiciais aos seus interesses. Tal panorama repercutiu internacionalmente, principalmente nos Estados Unidos, possibilitando a ajuda econômica americana a grupos de intelectuais contrários ao governo de Goulart. Nessa direção, constituíram-se contra as propostas de governo, como explica Paes (1993), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambos formados por intelectuais e militares, bem como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), financiada e orientada pelo IPES. Essas instituições buscaram alternativas para a “salvação nacional”, cujo lema era combater o socialismo e o perigo de radicalização por parte do governo. Seus componentes, na grande maioria, pertenciam à Federação das Indústrias do Estado de São

¹¹ Para Codato e Oliveira, os setores de esquerda eram compostos por estudantes: UNE; trabalhadores: o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, o Pacto de Unidade e Ação – PUA, as Ligas Camponesas; a ala “nacional-reformista”, os comunistas aí incluídos. (Cf. CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 272).

¹² Segundo Codato e Oliveira os setores de direita eram compostos pelas ‘elites’ e a classe média tradicional de orientação “liberal-conservadora”. Esses setores eram representados na cena política por empresários, profissionais liberais, líderes religiosos, movimentos femininos, etc. (Ver CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 272).

¹³ Segundo Lucio Levi, “em seu sentido mais abrangente, o termo Nacionalista designa a ideologia nacional, ideologia de determinado grupo político, o Estado Nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. Assim, o nacionalismo “[...] evidenciava uma radicalização das idéias de unidade e independência da nação e é aplicado a um movimento político, o movimento nacionalista, que se julga o único e fiel intérprete do princípio e o defensor exclusivo dos interesses nacionais”. (Ver o verbete em BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 799).

Paulo (FIESP), que estavam desejosos de implantar novos rumos ao Estado e de aproveitar investimentos favoráveis à ampliação de empresas no mercado internacional. Para eles, o bom relacionamento com grupos internacionais era necessário para novos mercados e para lucros financeiros.

Enquanto isso, João Goulart preparava para a nação brasileira a apresentação de sua proposta de reformas. Conforme explicação de Skidmore, “Goulart [...] marcou uma série de comícios através do país. Realizou o primeiro no Rio, no dia 13 de março uma sexta-feira” (1988, p. 41).

Em 13 de março de 1964, em razão da realização do grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, através de maciça mobilização popular, que tinha como objetivo pressionar o Congresso Nacional para aprovar as Reformas de Base, Jango anunciou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e a desapropriação de terras, e a crise política governamental precipitou-se. Ao avançar nas propostas das Reformas de Base, o governo satisfazia a esquerda, por outro lado, crescia na direita a idéia de que o país caminhava para a subversão¹⁴, para o socialismo. Conforme Skidmore

os seus adversários mais implacáveis – a UDN e os militares – começaram então a afirmar que Goulart não tinha a intenção de executar suas apregoadas reformas. Ao contrário, estava tentando polarizar a opinião pública e assim preparar o terreno para a tomada do seu governo pelo nacionalismo radical, que subverteria a ordem constitucional de dentro para fora (1988, p. 39).

No Brasil, em 1964, a classe proprietária e amplos setores da classe média como empresários, latifundiários, meios de comunicações, a Igreja, as Forças Armadas, aliados aos interesses internacionais, formaram a base fundamental para derrubar o governo constitucional de João Goulart. Nas palavras de Codato e Oliveira (2004), em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro, foi mobilizado, contra o governo de João Goulart, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Os mesmos autores explicam que a organização se deu por grupos da direita com influência dos setores conservadores da Igreja Católica e forneceu apoio político à concretização do Golpe Civil-Militar¹⁵. No plano

¹⁴ Segundo o *Dicionário de Ciências Sociais*, significa “movimento político organizado ou “[...], atos políticos individuais [...] consideram hostis as instituições existentes, tendendo, pois, a derrubá-las por meios ilegais”. São atos ofensivos às leis e do direito e da moral [...]”, os quais abrangem “também as atividades contra o capitalismo e a propriedade privada [...]”. (Ver SILVA; NETTO et al, 1987, p. 1188).

¹⁵ De acordo com Gilvan Dockhorn, o Golpe civil-militar, “ocorreu através da reunião de interesses, havendo uma coalizão entre a instituição militar e grupos civis pertencentes à elite brasileira, ou seja, os militares foram apoiados por civis que compartilhavam interesses políticos e econômicos. Por isso, para o autor, “A formação da coalizão civil-militar que destituiu João Goulart e assumiu o governo, aglutinou-se nesta conjuntura, reunindo aspectos que legitimaram a ação perante a sociedade.” (Cf. 2002, p. 107).

internacional, o apoio político e a retaguarda militar dos EUA foram decisivos para dar sustentação ao Golpe. A crise política chegava ao ápice. Goulart encontrava-se no Palácio das Laranjeiras, localizado no Rio de Janeiro, quando decidiu voltar para Brasília. Não encontrando apoio militar, dirigiu-se para Porto Alegre e se refugiou perto da fronteira. Em primeiro de abril, o Congresso declarou vaga a Presidência da República, dando início a um novo período no país. Em 4 de abril, como a situação lhe era desfavorável, Goulart partiu para o exílio no Uruguai.

Enquanto isso, em Brasília, provisoriamente, assumia a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli. A tomada do poder através do Golpe Civil-Militar começava a esboçar as primeiras mudanças. As três forças militares brasileiras (Exército, Aeronáutica e Marinha), respectivamente representadas pelos ministros Artur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Melo e Augusto Radmaker, na explicação de Alves (1989), decretaram o AI-1 (Ato Institucional Nº.1)¹⁶. Por conseguinte, uma série de medidas autoritárias e centralizadoras foi introduzida, remodelando a máquina de funcionamento do país. As considerações de Dockhorn ilustram melhor este momento:

A promulgação do AI-1 concedeu ao movimento intervencionista um embasamento jurídico, determinando as novas posições e normas de relação-institucional para o país [...] o Ato Institucional suspendeu as garantias de imunidade parlamentar e estabilidade de serviços públicos, caminho aberto para cassações e expurgos de adversários contrários à intervenção, partidários do antigo governo ou simples opositoristas. A liberdade político-ideológica passou a ser definida segundo as normas da 'revolução' (2002, p. 130).

O AI-1 construiu as bases para fortalecer o poder do Executivo, sendo que o instrumento consistia em cassar mandatos e suspender direitos políticos daqueles que tinham opiniões contrárias à nova ordem. Esse mesmo Ato Institucional previa eleições indiretas para Presidente da República.

O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi o militar escolhido para assumir a Presidência do Brasil, visto que os expurgos já haviam ocorrido no Congresso Nacional, através das cassações dos direitos políticos embasados no AI-1. Na explicação de Skidmore, em “11 de abril o Congresso respeitosamente elegeu Castelo Branco por 361 votos, contra 72 abstenções e 5 votos, para outros heróis militares conservadores” (1988, p. 50).

¹⁶ De acordo com o *Dicionário de Ciências Sociais*, “os Atos Institucionais foram o instrumento jurídico de natureza excepcional de que se valeram as autoridades militares brasileiras para formalizar as diversas medidas que houberam por bem tomar em contrário à ordem constitucional vigente”. (Ver SILVA; NETTO et al, p. 97).

Observa-se que Castelo Branco foi escolhido para Presidente da República, através do Colégio Eleitoral, com o Congresso Nacional depurado pelo Ato Institucional Nº. 1. Contexto que é mais bem explicado por Alves:

Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de 'varredura como pente-fino'. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era 'varrer' todos os que estiveram ligados ao governo anterior, á partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantes, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (1989, p. 59).

Entende-se que o governo de Castelo Branco foi marcado pela criação de um aparato que procurou legitimar o contínuo endurecimento das regras do sistema imposto no pós-64. Os mecanismos de repressão e dominação efetivados eram justificados pela necessidade de defender o país dos indivíduos considerados subversivos que deveriam ser calados, afastados do convívio da sociedade, para que não atrapalhassem a implantação e o desenvolvimento dos projetos políticos do novo sistema instaurado.

Nessa perspectiva, foi criado pelos militares o Serviço Nacional de Informação (SNI), para auxiliar o Executivo no controle das atividades cotidianas dos cidadãos brasileiros. De acordo com Alves (1989), no comando de Castelo, em todo o país, foi instituída uma rede de informações que visava o interesse da Segurança Nacional, Órgão responsável por inúmeras denúncias contra cidadãos que passaram a experimentar as consequências do governo autoritário¹⁷, justificando atrocidades para manter a ordem e a segurança da nação brasileira.

O segundo Ato Institucional, conforme Skidmore (1988), o AI-2, editado em outubro de 1965, reformulou o sistema político no Brasil, extinguiu o pluripartidarismo e implantou o bipartidarismo. Com esse novo procedimento, o Estado brasileiro estava apto a continuar o

¹⁷ Define-se por autoritarismo, segundo Mario Stopino, os "regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem a forma mais ou menos radical de consenso, concentrado o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, e colocando em posição secundária as instituições representativas. As ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico". (Ver o verbete em BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 94).

movimento de limpeza daqueles que representassem qualquer tipo de perigo para a segurança nacional¹⁸.

Com a instituição do AI-2, uma diversidade de partidos políticos¹⁹ existentes no Brasil foi dissolvida. Conforme Chacon, o Congresso Nacional, em 1964, compunha-se dos seguintes partidos políticos:

[...] Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e até o Partido da Boa Vontade (PBV) [...] (1998, p. 1888).

Com a dissolução da maioria dos partidos políticos, verifica-se que o poder concentrou-se no Executivo. Essa medida autoritária agradou a ala dos chamados *linha-dura*²⁰, mas, por outro lado, encerrou as chances de o governo retornar a ser conduzido pelo processo político-civil.

Na leitura de Skidmore (1988), foram estabelecidas novas regras para a formação dos novos partidos, ou seja, a reorganização partidária foi imposta, formando-se duas agremiações: a ARENA, que apoiava o governo, e o MDB, que fazia uma oposição moderada ao governo.

Com o fim da pluralidade dos partidos, o debate político ficou restrito, proporcionando ao governo de Castelo Branco consistente base para legitimar o poder, de acordo com as regras da Doutrina de Segurança Nacional.

Para Alves, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é um

[...] abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informação e planejamento político – econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódico (1989, p. 35).

¹⁸ Foi um instrumento jurídico, utilizado pelo sistema civil-militar, para identificar e eliminar os inimigos internos, ou seja, todos aqueles que questionassem o sistema estabelecidos, era considerado inimigos. (Ver ALVES, 1989, p. 26-27).

¹⁹ Segundo Bonavides, “[...] é uma organização de pessoas que, inspirada por idéias ou movidas por interesses, busca tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados”.. (Cf. BONAVIDES, 1994, p. 246).

²⁰ De acordo com Skidmore, refere-se ao grupo de políticos que defendiam a continuação do sistema autoritário, contrários, portanto, ao grupo político ligado ao Presidente Castelo Branco, que defendiam o regime vigente com um processo de transição relativamente rápido. (Ver SKIDMORE, 1988, p. 138-9).

A Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento tinha como meta criar condições para, através do fortalecimento do Estado, de acordo com Alves (1989), construir um modelo de desenvolvimento econômico favorável à entrada do capital estrangeiro. Contudo, para criar essa infraestrutura, seria necessário manter sob controle as reivindicações sociais que ocupavam espaços no cenário político e que estabeleciam um clima de instabilidade, ameaçando os interesses da elite nacional. Por isso, a ideologia que compreendia a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi usada pelo aparelho repressivo do Estado, para justificar o controle, visto que os inimigos internos e externos teriam de ser combatidos. A segurança era imprescindível para que o desenvolvimento econômico do Brasil ocorresse, ou seja, era necessário garantir um ambiente de paz no país, para possibilitar os investimentos estrangeiros.

Nessa perspectiva, Skidmore (1988) argumenta que o governo de Castelo Branco procurou incentivar na economia o crescimento e a estabilização. Para tanto, adotou a seguinte estratégia: limitou o crédito, reprimiu o aumento de salário, aumentou os impostos e incentivou as exportações. O mesmo autor aponta que 80% do petróleo usado no Brasil era importado, sendo que a tecnologia e serviços e bens de capital para a industrialização eram as principais carências do país.

O governo de Castelo Branco tinha como objetivo promover o desenvolvimento da indústria nacional e atrair investimentos estrangeiros, contratar empréstimos de acordo com o FMI, o que foi motivo de críticas dos nacionalistas. Mendonça e Fontes consideram que:

Devido à lentidão com que os níveis do salário mínimo, com relação aos preços e produtividade, a contenção salarial veio a funcionar como uma verdadeira técnica de confisco, aumentando a participação dos lucros no total da renda e promovendo a erosão do salário real entre 1964 e 1967 [...] (1988, p. 24).

Entretanto, a massa assalariada teve os seus vencimentos reduzidos, perdendo a estabilidade nos empregos, enquanto que a economia direcionada pelo capital estrangeiro exigia mudanças no campo trabalhista. A perda da estabilidade representou uma vitória política ao empregador, que tinha a opção de contratar mão-de-obra com vencimentos mais baixos, ocorrendo uma rotatividade de funcionários. Conforme Mendonça e Fortes (1988), em substituição à estabilidade, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com o objetivo principal de flexibilização da legislação trabalhista, incentivando o investimento de capital.

De acordo com Habert (1992), a Doutrina de Segurança Nacional foi propagada e fortalecida pela Escola Superior de Guerra (ESG)²¹, com apoio do capital multinacional, do governo norte-americano e da elite brasileira. A reunião destes segmentos contribuiu para oportunizar a instalação de um sistema civil-militar, caracterizado pelo autoritarismo e pela violência.

Outros Atos Institucionais foram elaborados, atendendo a interesses do governo. É pertinente mencionar, na seqüência, o AI-3 (Ato Institucional Nº. 3), editado para respaldar as eleições indiretas para Presidente, Governador e Vice-Governador dos estados. Também passava a vigorar a partir do AI-3 a nomeação dos prefeitos municipais das capitais, sendo os mesmos escolhidos pelos governadores estaduais.

Percebe-se que Castelo Branco, através dos Atos Institucionais, garantiu a continuidade da implantação do modelo político, criado na ocasião da tomada do poder civil-militar em 1964.

Nos cargos de governadores e prefeitos, o governo autoritário colocava candidatos que compartilhassem das mesmas idéias do Executivo. Nessa linha de pensamento, Alves (1989) postula que o Executivo fortaleceu-se cada vez mais, no final de 1966, com a vitória da ARENA nas eleições estaduais e com o fechamento do Congresso Nacional, o que ocorreu, segundo Alves, porque queria, [...] “discutir e votar o projeto da Constituição” (1989, p. 102).

Com o Congresso Nacional impedido de atuar, o Executivo obtinha plenos poderes para projetar a nova Constituição. Alves (1989) também explica que, para legitimar a nova Carta, fazia-se necessária a promulgação, por parte do Congresso Nacional. Para cumprir este objetivo, foi decretado o Ato Institucional Nº. 4, convocando o Congresso Nacional a votar o projeto da nova Constituição. No entendimento de Alves, “a Constituição de 1967 legalizava muitas medidas excepcionais, decretadas nos atos institucionais e complementares” (1989, p. 105).

Portanto, a construção da Constituição de 1967 foi consolidada através dos interesses dos que estavam no comando do país. A incorporação das novas medidas autoritárias na Constituição brasileira transferia para o Executivo o poder de legislar e executar as leis para a nação brasileira.

²¹ A ESG: Instituição de estudos estratégicos, segundo Dockhorn, realizava o “estudo de todas as fases da vida política, econômica e social brasileira, desde os problemas referentes à inflação, reforma agrária, reforma bancária, sistemas eleitorais, transportes, educação e, é claro, à guerra de guerrilha e à guerra convencional” (Cf. DOCKHORN, 2002, p. 63).

No dia 17 de janeiro de 1965, o editorial do jornal *A Razão* trazia uma declaração do Presidente Castelo Branco, com o seguinte teor:

Importante declaração do presidente C. Branco.

‘Discursando hoje no clube Militar, o presidente da República anunciou que não vai permanecer no poder depois de concluído o seu mandato’.

Disse textualmente o chefe do governo.

‘Não permitirei minha reeleição, e nem outra prorrogação de meu mandato.

Deseja o presidente da República que os amigos e companheiros de revolução vejam que ele assim procede por convicção humana e política e também pela compreensão de que assim contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (A RAZÃO, 17 jan. 1965, p. 5).

Com o fim do mandato do Presidente Castelo Branco, abrem-se discussões para escolher um sucessor. Surge o apoio dos militares à candidatura de Costa e Silva. A ala castelista apresentava restrições à candidatura do ministro da Guerra Arthur da Costa e Silva, o qual já vinha confabulando com os seguidores sua candidatura à sucessão presidencial. Porém, Costa e Silva representava a ala mais conservadora e condenava a política econômica de Castelo Branco, direcionada aos interesses estrangeiros. Aliado ao apoio dos militares, Costa e Silva entendia que o comando do Brasil deveria continuar pelas Forças Armadas. Conforme relata Dockhorn:

Arthur da Costa e Silva foi eleito pelo Congresso Nacional em 3 de outubro de 1966. No mês de março do ano seguinte assumiu a presidência proferindo um discurso fazendo alusão a um maior diálogo com a oposição, possibilitando a crença de grande parcela da coesão civil-militar, de que uma etapa de exceção havia sido superada, ou seja, a fase punitiva da ‘Revolução’ daria lugar à fase de construção com vistas ao Brasil-potência (2002, p. 146).

Desse modo, Costa e Silva elegeu-se sob a abstenção da bancada do MDB, partido que fazia oposição ao governo. Ao tomar posse, prometeu um governo de conciliação, intenção que não resistiu muito tempo. O governo deparou-se com um recrudescimento das esquerdas que desafiavam os projetos políticos voltados para o crescimento da economia e para o abandono dos investimentos sociais. Conforme Ridenti:

[...] para garantir a modernização conservadora da sociedade brasileira, o avanço econômico, industrial e tecnológico que só se efetivaria em sua plenitude sob a bota dos militares nos anos 60 e 70, quando a maioria da população brasileira, juntamente a que deu suor e sangue para ‘desenvolver’ o país, ficou praticamente excluída dos benefícios da modernização que trouxe consigo uma concentração de riquezas ainda maior do que a existente até então. As massas despossuídas, a criminalidade, o subemprego, a exploração do trabalho, as carências de alimentação, saúde, moradia e educação tenderiam a crescer na mesma razão em que a ‘nação’ se desenvolvia e modernizava (1993, p. 2).

Este cenário sugere que, no governo comandado pelos militares, houve uma concentração de renda, pois atingiu uma parcela da população, principalmente a classe média, beneficiada com créditos bancários, quando havia uma oportunidade para consumir, principalmente bens duráveis, enquanto que as camadas mais desprotegidas não foram atendidas em suas necessidades básicas. Nesse sentido, acentuava-se a pobreza e a miséria da maioria do povo brasileiro, visto que o governo mantinha sob controle os trabalhadores e os sindicatos.

Nesse contexto, ocorria uma reorganização nos movimentos de oposição ao governo de Costa e Silva. Manifestações protestavam contra o governo repressivo e o modelo econômico implantado pelo Executivo. Para Skidmore (1988), políticos de diferentes inclinações formaram a Frente Ampla, tendo como líder Carlos Lacerda que recebeu apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Lacerda foi a Montevideu buscar apoio de Goulart e esse se inseriu na Frente Ampla, o que não ocorreu com Leonel Brizola e Jânio Quadros. O jornal *A Razão* trás a seguinte chamada:

João Goulart e a Frente Ampla.

Divulgou-se na Guanabara, que o ex-presidente João Goulart estaria participando dos entendimentos para a formação da Frente Ampla juntamente com o ex-presidente Juscelino. Sabe-se que o ex-presidente João Goulart deseja ver dentro da Frente Ampla, os ex-governadores Carvalho Pinto e Magalhães Pinto (*A RAZÃO*, 20 jan. 1967, p. 1).

A Frente Ampla reivindicava a redemocratização do país, a anistia, eleições diretas para Presidente e uma nova Constituição, e fazia oposição às diretrizes de Costa e Silva.

Conforme o mesmo autor, os protestos se intensificaram com as manifestações estudantis que reivindicavam verbas para a educação e denunciavam o projeto de privatização do ensino público. Os protestos se estendiam em uma série de outros fatos que o governo militar havia realizado como a extinção e a proibição do funcionamento da UNE, os acordos

MEC-USAID, os quais tinham como objetivo a modernização autoritária da Universidade brasileira. A respeito desses acordos, Caimi considera:

Prosseguindo na execução de seu projeto político, entre 1964 e 1968, o governo brasileiro assinou inúmeros convênios de cooperação financeira e assessoria técnica com a Agency for International Development – AID, os quais ficaram conhecidos como Acordos Mec-Usaid. Tais convênios permitiram excessiva ingerência da AID na política educacional brasileira e abriram caminho para as reformas educacionais [...] (2001, p. 41).

Observa-se que políticas educacionais com o assessoramento de técnicos americanos foram implantadas pelo governo militar, sendo que estes passaram a exercer uma forte interferência na educação brasileira. Segundo Germano (1994), a escola foi atrelada ao mercado de trabalho com o objetivo centrado no desenvolvimento econômico. A profissionalização da escola média, destinada à maioria dos segmentos da sociedade, previa a profissionalização da mão-de-obra, como forma de contemplar o modelo de desenvolvimento econômico a ser implantado. No ensino superior, estabeleceu-se forte fiscalização sobre professores e alunos, com o objetivo de controlar as atividades que entendiam com características subversivas.

O ano de 1968 foi marcado pela inquietação da esquerda e com uma imediata reação do governo. Alves (1989) refere-se à morte do estudante Edson Luís, que ocorreu em um confronto com a polícia do Rio de Janeiro, e que desencadeou eventos como a chamada *Passeata dos Cem Mil*, quando se une aos estudantes, à Igreja Católica e à classe média que havia apoiado o golpe em 1964. De acordo com Alves,

A própria composição da ‘Comissão dos Cem Mil’ evidencia a natureza da aliança oposicionista: um representante de setores profissionais, dois representantes dos estudantes, um do Movimento das Mães pela Anistia e um padre representando a Igreja Católica. Tratava-se de uma comissão de negociação representando a classe média, àquela altura em aberta oposição aos militares no poder no poder e enfrentando a polícia nas ruas (1989, p. 119).

Os militares já não contavam com o apoio de parte da classe média, quando se desencadeou uma adesão popular, pedindo o fim da violência ao sistema vigente, que se associou ao movimento estudantil. As ações repressivas dos governos militares proporcionaram a união de vários setores em greves, protestos e manifestações. Os parlamentares do MDB passaram a apoiar os crescentes movimentos de protesto, assumindo o papel de denúncia dos atos repressivos do governo. Dockhorn (2002) postula que o discurso

do deputado Márcio Moreira Alves, na Câmara dos Deputados, foi a razão para a efetivação do Ato Institucional Nº 5, pois o Executivo considerou o discurso uma ofensa às Forças Armadas. Conforme o mesmo autor, a Câmara dos Deputados negou o pedido de licença do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, sendo o julgamento judicial do deputado o objetivo do Executivo.

Esse fato foi o estopim para o governo de Costa e Silva reagir com mais radicalização. No pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, foi efetivado um apelo ao povo brasileiro para que não participasse dos desfiles militares de 7 de setembro, e para que as mulheres recusassem o namoro com oficiais. O discurso do deputado opositor melindrou os militares.

O Executivo reagiu à derrota frente ao Legislativo. Segundo Ridenti (1993), em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional de Nº. 5. De acordo com o autor, com esse decreto, ocorreu um novo “golpe dentro do golpe” (1993, p. 18), iniciado no ano de 1964. Alves identifica os poderes atribuídos ao Executivo pelo AI-5, conforme se pode conferir:

1) Poder de fechar o Congresso Nacional e as assembléias estaduais e municipais; 2) Direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) Direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstauração do ‘Estatuto dos Cassados’; 4) Direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) Direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) Direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) Suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional.

Também são as prerrogativas do AI-5:

9) Julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) Direito de legislar por decreto e baixar atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) Proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº. 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo (1989, p. 131).

Na leitura de Alves (1989), o AI-5 representou o extremo da radicalização do sistema político do pós-1964, quando ingressou um período de total restrição às liberdades no Brasil, através de um instrumento que deu ao sistema vigente poderes absolutos e teve como grande evento o fechamento do Congresso Nacional.

Verifica-se que o Ato Institucional de Nº. 5 foi um instrumento utilizado pelo Executivo para aumentar o poder e para sufocar os movimentos da esquerda brasileira que pudessem desestabilizar a Ditadura Civil-Militar, e que passou a estabelecer as regras que deveriam ser seguidas pela sociedade brasileira. Os poderes Legislativo e Judiciário tornaram-se sem autonomia. Para a Arquidiocese de São Paulo (1991), a partir de 1968, principalmente após a decretação do AI- 5, a atuação do Executivo restringiu duramente a ação da sociedade civil. Com a decretação do AI- 5, a luta empregada contra o inimigo interno levou a mais bárbara repressão. As convicções e a dignidade das pessoas foram desrespeitadas. A repressão, a tortura, juntamente com a censura nos meios de comunicação, as cassações de direitos políticos e a intensa violação dos direitos humanos foram, sem dúvida, os componentes mais fortes e representativos do sistema autoritário implantado pelos governos militares.

Nesse universo político, é pertinente compreender como o Legislativo santa-mariense se relacionou com a Ditadura Civil-Militar, instalada no Brasil, em 1964. Entende-se como fator importante a pesquisa dos documentos históricos dos acontecimentos nacionais vinculados aos documentos de locais de origem, para compreender as influências que o parlamento santa-mariense (RS) recebeu do contexto nacional, entre 1964 e 1968, o que será abordado no próximo capítulo.

3 SANTA MARIA: O LEGISLATIVO SANTA-MARIENSE

Compreender como se constituíram as relações de poder²² entre o Legislativo local (Santa Maria) e a Ditadura Civil-Militar traz a necessidade de recorrer alguns componentes que explicitem as especificidades históricas do local da pesquisa, considerados importantes na legitimidade do governo pós-1964, no Brasil.

O golpe Civil-Militar teve sua articulação em Santa Maria, conforme diário de Olympio Mourão Filho, escreve Hélio Silva:

Em Santa Maria, articulei-me logo com o Prefeito da cidade, Dr. Sevi Vieira, e com o Bispo Dom José Sartori, que era um revolucionário entusiasmado. Fui convidado para um encontro na residência de Dom Sartori, a fim de expor minhas idéias e meus planos. (1978, p. 32).

Por intermédio da investigação destas especificidades, percebe-se o envolvimento das forças vivas da cidade de Santa Maria com a contextualização do golpe em 1964. A partir das anotações em seu diário, o General Olympio Mourão Filho relata sua aproximação com a esfera política municipal através da pessoa do Prefeito eleito em 1959, Miguel Sevi Viero, e a Igreja Católica, representada pela pessoa do Bispo Dom José Sartori. Na ocasião, encontros para arquitetar as diretrizes do golpe Civil-Militar foram realizados, visando a compreensão dos acontecimentos históricos, na tentativa de desnudar alguns pontos dos caminhos percorridos na construção do golpe Civil-Militar em 1964. Constata-se, nesse ínterim, que a fecundação dos planos para a concretização do golpe teve gestão em Santa Maria.

A importância estratégica de Santa Maria para o Rio Grande do Sul é descrita por Rechia:

Sua posição central propiciou a Santa Maria, desde 1900, comandar o tráfego de trens no RS, como ponto de cruzamento de todas as linhas férreas do Estado, ganhando, com isso, grande desenvolvimento econômico, social e cultural. Ainda esse privilégio confere-lhe aspectos estratégicos, pois é a sede da Segunda Guarnição Militar do Exército Brasileiro, contando com dois Quartéis Gerais (1999, p. 45).

²² Segundo o *Dicionário de Ciências Sociais*, significa “a capacidade de produzir determinada ocorrência; ou a influência intencionalmente exercida por uma pessoa ou um grupo, através de qualquer meio, sobre a conduta alheia [...]”. (Ver SILVA; NETTO et al, 1987, p. 907).

A posição geográfica da cidade de Santa Maria, situada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, propiciou a instalação do segundo maior contingente militar do Brasil. Com o Golpe Civil-Militar, ocorrido em março de 1964, as guarnições militares localizada na cidade (Santa Maria) entraram em prontidão.

Segundo Konrad:

Santa Maria estava dividida. Cidade gaúcha, considerada como trincheira trabalhista, e ao mesmo tempo reduto conservador, reproduzia, através de suas lideranças, o discurso trabalhista e o discurso conservador, tornando-se ponto estratégico para os golpistas, (devido ao seu contingente militar) e também para a esquerda nacionalista, através dos ferroviários (RFFSA) e estudantes (2006, p. 101).

Desse modo, observa-se que a cidade de Santa Maria, no período do Golpe, caracterizava-se pela divisão ideológica dos que apoiavam o novo governo e os que lutavam contra. “Trincheira trabalhista” como destaca o autor acima, devido à importância dos ferroviários. Havia uma articulação desses trabalhadores, em torno de questões políticas, sendo que a maioria dos movimentos era realizada no Largo da Estação Ferroviária.

No universo político apontado no contexto nacional no item anterior, demonstra-se a composição do Legislativo santa-mariense, para relacionar o contexto local.

Quadro 1. Composição da Câmara de Vereadores de Santa Maria – Legislatura de 1964-1968

TITULARES	PARTIDO
Abílio Albino Dalla Corte	PDC
Alexandre Cruz	PTB
Antonio Américo Vadoin	PSD
Artur Marques Pfeifer	UPS ²³
Carlos Renan Kurtz	PTB
Dari Amílcar Mortari	PTB
Dario Leal da Cunha	PTB
Eduardo Rolin	PTB
Francisco Lemes	PTB
Homero Behr Braga	PTB

²³ União Popular Santa-mariense.

Luiz Carlos Xavier	PSD
Manoel Malmann Filho	PTB
Paulo Santos	PTB
Pedro Fernandes da Silveira	UPS
Raphael Theodorico da Silva	PSD
Waldir Aita Mozzaquatro	MTR ²⁴
SUPLENTE QUE ASSUMIRAM O MANDATO	
Dolores Pereira Bernardes	PTB
Paulo Brilhante	PSD
Octavio Tomazzi Filho	PTB
Nilton Monti	UPS
Moisés Velasques	PTB
Francisco Figueiró	PSD
Orestes Dalcin	PSD
José Adão Corrêa de Mello	PTB
Joaquim Sangoi	PSD
Arlethe Corsino dos Santos	PSD
Raphael Xavier Pillar	PDC
João Sherer	MTR
Gaspar Martins Beltrão	UPS
Orcy de Oliveira	MTR
Luiz Menna Barreto Pelegrino	PSD
Adair Mendes Maciel	PTB
Assis Lopes Sabala	PTB
Luiz Brondani	PTB
Clóvis Assunção	PTB
Eroni Paniz	PL
João Manoel Athayde	PL
Dalton Rocha Couto	PSD

Fonte: Atas da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Anos 1964 a 1968.

²⁴ Movimento Trabalhista Renovador.

Vale destacar, ainda, que na composição do Legislativo santa-mariense, o partido mais representativo de edis era o PTB, sugerindo a importante presença do trabalhismo nessa casa legislativa. O PSD tinha presença significativa, demonstrando uma força conservadora, temerosa de mudanças sociais. Na composição da Câmara, também se identifica a presença de partidos minoritários como o PL, MTR, PDC e o UPS.

Entretanto, essa composição no Legislativo santa-mariense dos partidos PTB, MTR, quando do bipartidarismo, em 1965, passaram a formar o MDB, enquanto que os representantes do PSD, PDC, UPS E PL formavam a ARENA, partido que apoiava o Executivo Nacional.

Conforme a Ata Nº. 208, de 4 de novembro de 1965,

Vereador Abílio Dalla Corte [...] informa sobre trabalhos que já realizaram na comissão organizadora para as adaptações da Lei Orgânica do Município do Regimento Interno da casa, de acordo com o Ato Institucional nº. 2. [...] Vereador Pedro Fernandes [...], por outro lado tece considerações sobre o Ato Institucional nº. 2 e diz como o receberam os libertadores, e declara-se solidário com a Presidência da República. Santa Maria (ATA n. 208, 4 nov. 1965).

Através desse texto, observa-se a preparação do Legislativo santa-mariense para adaptar as novas normas de acordo com o Ato Institucional Nº. 2, para os partidos políticos brasileiros.

Entende-se que o Ato Institucional Nº 2 foi mais um instrumento dos tantos que o governo militar utilizou para legitimar o poder em todas as esferas políticas, conforme Carlos Fico:

O Ato restabeleceu a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos-leis, estabeleceu foro especial para civis acusados de crimes contra a segurança nacional [...]. O último artigo estabelecia seu prazo de vigência: 15 de março de 1967, nova data de posse do sucessor de Castelo Branco (2004, p. 74).

As normas de funcionamento contidas no AI 2 possibilitaram ao governo ditatorial o afastamento político de segmentos contrários à nova ordem. Principalmente, nas eleições para governadores (outubro de 1965). Conforme referido no capítulo anterior, candidatos de oposição ao governo ditatorial saíram vitoriosos em Minas Gerais e na Guanabara. A montagem do aparelho repressivo e suas leis organizaram todas as brechas para legitimar de

uma vez por todas o controle do Estado sobre a vida de cada cidadão. Entende-se que, através dos Atos Institucionais, o governo e sua equipe se beneficiaram para obter autoridade absoluta e com vistas a utilizar a força repressiva nos variados métodos empregados nessa época.

Em face dos acontecimentos políticos de março de 1964, as guarnições militares santamarienses foram colocadas em prontidão, sendo que a cidade possuía um significativo contingente de militares. O jornal *A Razão* atraiu a atenção dos santamarienses com a chamada “Prontidão em Santa Maria: Face aos acontecimentos que se desenrolam no Estado de Minas, as Guarnições federal e estadual, sediadas em Santa Maria, encontram-se em prontidão rigorosa [...]” (1º de abril de 1964, p. 6).

Nesse sentido, verifica-se a preocupação dos legisladores locais com relação aos acontecimentos políticos em nível nacional:

[...] o vereador Eduardo Rolim, em comunicação de líder, afirmou da inconformidade de sua bancada entre o evoluir dos últimos acontecimentos políticos, dizendo da necessidade de um retorno às garantias individuais o mais breve possível. Qualquer postergação afirmará o movimento que, em nome da liberdade derrubou um governo, e sustenta a mesma liberdade pela força permanente do poder armado. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 15, 5 Abr. 1964).

Também houve a manifestação dos vereadores Renan Kurtz, Adão Mello, Moisés Velasques, Eroni Paniz e Joaquim Sangoi.

[...] Vereador Renan Kurtz, declarando de seu veemente protesto pela ausência de garantias individuais e contra o totalitarismo que se instalou no país, por intermédio daqueles que fizeram uma Revolução em nome de Deus. Protesta contra a censura nos jornais e rádios, contra vistorias indiscriminadas em residências particulares, afirmando ter a certeza que um dia os responsáveis por esse estado de coisas, responderão perante a justiça do povo. Vereador Adão Mello, dando conhecimento de manifesto do deputado Bachieri Duarte na Assembléia Legislativa do Estado e publicado em edição do ‘Correio do Povo’. Vereador Eduardo Rolim, faz manifesto escrito sobre a situação nacional reafirmando a necessidade de reformas de base que deverão ser realizadas pelo novo governo, esse mesmo Governo – declara – que, pelas elites nacionais, se revoltou contra as reformas que vinham sendo feitas [...] (ATA n. 16, 06 Abr. 1964).

O vereador Rolim, identificando as ocorrências no país, protestou, visto que o partido a que pertencia, o PTB, foi um dos mais atingido pelo novo governo. Carlos Fico, em seu livro *“Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”* (2004, p. 331), através do documento “Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 2” de 10 de abril de 1964, enumera vinte nomes de membros do Congresso Nacional que pertenciam ao Partido

Trabalhista Brasileiro que foram cassados e tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos.

O vereador Moisés Velasques também se manifestou:

Vereador Moises Velasques afirmando que os três Presidentes que mais próximo esteve do povo, foram derrubados por golpes de Estado: Getúlio, Jânio e Jango. Que se há comunistas no Governo que se denuncie e prove as irregularidades que vinham cometendo (ATA n. 16, 06 Abr. 1964).

Em seu discurso, destacou, também:

Mas que denúncia seja feita abertamente e em nome da verdade. Que as garantias individuais sejam restituídas, pois caso contrário melhor será renunciar os cargos eletivos que o povo outorgou. Vereador Eroni Paniz, para declarar que nenhuma liberdade foi cassada, que nenhum direito foi cerceado e para dizer que o governo democrático que se instalou visa o comunismo que vinha solapando a Nação, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos. Reabrindo, continuou na tribuna o representante do PL, para finalizar congratulando-se com as Forças Armadas e declarando que os comunistas devem responder pelos seus crimes. Vereador Joaquim Sangóí, dizendo que só reclamam os que têm culpa. Que seu julgamento será após o pleno esclarecimento dos fatos. Que, no entanto, ninguém pode negar a existência de farto material bélico, livros e bombas, apreendidos em diversas residências particulares da capital (ATA n. 16, 06 Abr. 1964).

Sobre o tema, continuou o vereador Eduardo Rolim:

Vereador Eduardo Rolim, em comunicação de líder, para dizer que as quatro rádios locais estão sob censura, bem como os dois jornais. Que não é de surpreender as armas encontradas, pois sua existência era sabida, mas deve ser surpresa a existência de armas do Exército com fazendeiros mineiros, bem como em determinado local de nosso município para aliciamento de civis. Que não deve ser ditas meias-verdades, pois elas também são mentiras. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 16, 06 Abr. 1964).

Verifica-se que o vereador Renan Kurtz reclamou contra a ausência de liberdades individuais, e que seu colega Eduardo Rolim apoiou as Reformas de Base, bem como criticou a elite. Para Rolim, a elite não aceitava as mudanças significativas à sociedade brasileira. Em contrapartida, surgia o discurso do perigo socialista por edil Eroni Paniz, que se pronunciou, da seguinte forma, a favor das medidas adotadas:

[...] congratula-se com as eleições do Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, para a Presidência, bem como com os partidos políticos que estão sendo expurgados dos elementos comunistas. Finaliza, com palavras do Ex-presidente Vargas, 'contra a infiltração comunistas no país'. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 17, 13 Abr. 1964).

O discurso do edil Paniz demonstra que o imaginário formado pelo perigo comunista também direcionava pensamentos dos setores conservadores da cidade. A partir desse depoimento, é possível conhecer e compreender melhor as conseqüências e influências que esse imaginário sobre os comunistas, ganhou proporções. Foi um dos sustentáculos para a legitimação do golpe, a construção no imaginário do povo que o Brasil estava a caminhar para o socialismo, este pensamento foi um dos agentes que solidificou o novo governo, após 31 de março e ou 1º de abril de 1964.

Também se evidencia a preocupação do vereador Orestes Dalcin com as ocorrências em Santa Maria, no seguinte pronunciamento:

[...] encaminhando requerimento em que solicita do Comando da 3ª DI, ampla publicidade dos inquéritos militares que estão sendo realizados para apurar responsabilidades por movimentos subversivos. Lamenta o silêncio que tem sido feito sobre esses inquéritos, o que tem ocasionado explorações políticas. Recebeu o apoio da bancada trabalhista, através de pronunciamentos dos vereadores Eduardo Rolim e Renan Kurtz. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 22, 27 Abr. 1964).

Dalcin revela preocupações sobre os inquéritos realizados na cidade pelos órgãos militares, e que não eram publicados para que todos pudessem conhecer-lhes o teor destes documentos. A leitura desta ata sugere que o vereador Dalcin apresenta conotações de apaziguar o discurso da bancada oposicionista, demonstrando insatisfação com os rumos das ações da Ditadura Civil-Militar.

Pode-se destacar que o Legislativo santa-mariense compunha-se entre os que apoiavam o governo e os que lutavam contra as propostas da instauração desse modelo.

A suspeita de subversão estendia-se também aos familiares e pessoas que tivessem qualquer tipo de convivência com os denunciados, ou seja, o inimigo poderia estar em qualquer lugar, na percepção da ideologia que organizava o governo autoritário.

Os vereadores do PTB criticaram as medidas da Ditadura Civil-Militar, e foram rechaçados pelos vereadores apoiadores da situação que centravam as falas na necessidade da erradicação do socialismo.

Nesse universo, em sua visita a Rio Pardo, o Presidente da República Castelo Branco envia uma mensagem ao povo de Santa Maria.

Aqui da cidade de Rio Pardo eu tenho a grande satisfação de enviar ao povo de Santa Maria, as minhas melhores saudações. [...] Bem sabemos o seu papel relevante na história do RGS e do Brasil. Bem sabemos o seu papel de destaque na revolução de março e abril e o Brasil espera que Santa Maria continue vigilante na defesa da restauração do Brasil e de sua integração nos destinos (A RAZÃO, 26 Maio 1964, p. 6).

Na mensagem, o Presidente Castelo Branco evidenciava a importância da cidade de Santa Maria no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964, além de fazer um apelo aos santa-marienses para apoiarem a nova proposta legitimada pelo Executivo nacional.

Também em nota oficial, o Comando da Divisão de Infantaria de Santa Maria, por intermédio do Comandante, General Mário Poppe de Figueiredo, afirmou:

Na qualidade de Comandante da Guarnição Militar Federal de Santa Maria, com responsabilidade definida na Constituição Federal pela garantia da Ordem, e sintonizando com as naturais apreensões da população laboriosa desta cidade, face aos acontecimentos que se desenvolveram no país e a crescente onda de boatos tendenciosos visando perturbar a tranquilidade, declaro:

- 1 – A ordem pública e as liberdades individuais serão mantidas.
- 2 – Não serão permitidos atos que visem perturbar a vida normal da cidade, sendo reprimidos com energia quaisquer tentativas nesse sentido.
- 3 – Ficam proibidas irradiações alarmantes ou de incitamento, bem como reuniões em via pública de mais de cinco pessoas.
- 4 – Fica também proibida a venda de bebidas alcoólicas a partir das 19 horas, em bares, botequins, etc. (A RAZÃO, 02 Abril 1964, p. 2).

Continua o Comandante da Guarnição Militar Federal de Santa Maria a notificar as regras de comportamento a serem seguidas pelos cidadãos santa-marienses:

5 – Alerta a população que constitui crime contra a Segurança Nacional consubstanciado no Art. 28 da Lei n. 1802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional) que diz:

Art. 24 – Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral ou mesmo particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma, armada ou não, com ou sem fardamento, caracterizados pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.

Pena – Reclusão de 1 a 3 anos aos cabeças e da metade para os demais agentes, além da perda, em favor da união, do material usado.

Assim sendo, o Comandante da Guarnição Federal nesta cidade, em cumprimento ao Art.177 da Constituição Federal (“garantir aos poderes constitucionais, as leis e a ordem”) e tendo em vista a Lei de Segurança Nacional, não Permitirá, sob nenhuma hipótese, a formação de milícias populares de qualquer natureza ou forma.

Quartel General em Santa Maria 1 de abril de 1964. Mário Poppe de Figueiredo, General Comandante da 3 D.I (A RAZÃO, 02 Abril 1964, p. 2).

Em *A Razão* de 5 de abril de 1964, encontra-se publicada outra nota oficial do Comandante da 3ª Divisão de Infantaria, com o seguinte teor:

O país, com tranqüilidade, entra em sua vida normal, havendo apenas por todo o território nacional, prisões de conhecidos elementos do extinto partido comunista. O Comando da Guarnição, cômescio de que até agora cumprindo com dignidade o seu dever, agradece a todas as entidades e ao povo em geral, a colaboração que vem prestando no sentido da preservação da ordem pública. Conclama a todos, para que cooperem na fiscalização de conhecidos agitadores, que desejam prolongar a intranqüilidade do povo Santa-Mariense.

Pede, que na defesa do próprio ideal democrático, todos concorram para neutralizar a maldade daqueles que não querem perceber quão ignóbil é sua ação, não acreditando nos seus boatos, evitando difundi-los e dedicando, daqui por diante, toda força do pensamento e da sua capacidade para a construção de uma nação livre e democrática.

Quartel General em Santa Maria, RS, 1964.

Ass. Ramão Menna Barreto – Coronel Comandante da 3ª D.I (A RAZÃO, 5 Abril 1964, p. 2).

As Forças Armadas localizadas em Santa Maria, através de *A Razão*, divulgaram as notícias referentes ao novo governo, solicitando o apoio da comunidade contra os “subversivos”, e esclareciam à população sobre regras de comportamento que os cidadãos deveriam adotar no cotidiano.

A Razão, em edição de 7 de abril de 1964 e, respectivamente, em 26 de abril de 1964, traz notas em que o Bispo de Santa Maria, D. Victor Sartori, demonstra apoio aos militares.

Não foi um golpe o das Forças Armadas. Foi uma ação de defesa, se quisermos podemos chamá-la de contragolpe, em defesa e salvaguarda do que temos de mais caro, as nossas tradições cristãs, as nossas caras liberdades, o nosso regime democrático. É por isso que aderimos cordialmente a grande manifestação de agradecimento que a população de Santa Maria, por todas as suas classes sociais, independente de credo religioso ou político, quer de público externar às nossas Forças Armadas (A RAZÃO, 07 Abril 1964, p. 2).

A Revolução Militar, ainda em curso, teve um objetivo imediato, urgente e inadiável que precisa ser consolidado, após a vitória incruenta das forças armadas, o objetivo anular o iminente golpe marxista, comunista que ameaçava o regime democrático brasileiro com uma ditadura totalitária, nos moldes de Moscou, Pequim ou Cuba. Importava desmontar a máquina marxista prestes a desfechar seu traiçoeiro golpe, como importa, agora neutralizar a ação dos agentes da subversão da ordem e dos que com eles por motivos vários, estavam em franco concluiu (A RAZÃO, 26 Abril 1964, p. 2).

Observa-se, também, que as Forças Armadas buscaram a adesão do povo santamariense, e que um dos mecanismos usados foi o apoio de outras entidades, a publicação de notas em jornal, para a legitimação do Golpe e para buscar a adesão popular. Através da visão do Bispo Dom Victor Sartori, infere-se o apoio às propostas das autoridades nacionais, visto que sua fala estava impregnada de temores ligados ao imaginário da existência de um golpe que se instalaria no país, ou seja, o modelo socialista.

Em um comunicado, o Coronel Menna Barreto assim se refere: “os elementos ordeiros podem ficar perfeitamente tranqüilos, uma vez que a ação das forças armadas como já é tradicionalmente conhecida, será executada em alto nível de imparcialidade, justiça e elevado respeito à dignidade humana” (A RAZÃO, de 7 de Abril de 1964, p. 2).

Nesse contexto, ocorre uma preocupação por parte dos militares, em propagar a defesa e exaltar os acontecimentos de 1964. Nos discursos, estava incluída a necessidade de preservar a democracia, o que não ocorria na prática, já que na leitura das mensagens dos militares ao povo local tem-se a compreensão de que Santa Maria muito bem vivenciou os momentos de tensão política em que o cidadão deveria cumprir os preceitos ditados pelo novo modelo instaurado no Estado brasileiro.

Frente a tal panorama, confere-se que um dos momentos mais significativos da inserção do Legislativo e do Executivo santamarienses, no contexto nacional, ocorreu com o afastamento e com a suspensão dos direitos políticos do Prefeito e Vice-Prefeito de Santa Maria, Paulo Lauda e Adelmo Simas Genro, eleitos para a legislatura 1964/1968. Conforme o Jornal *A Razão*, edição de 8 de maio de 1964:

Face à decisão presidencial, nos termos do Ato Institucional, os Srs. Paulo Lauda e Adelmo Genro, que tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos, serão afastados da Prefeitura. O artigo 136 da Constituição Federal estabelece as normas nesse sentido. Deverá assumir a Prefeitura, nas próximas horas, o Dr. Waldir Mozzaquatro, presidente da Câmara de Vereadores até a eleição do novo prefeito e ao que consta será de forma indireta, isto é, pelo legislativo santamariense. A notícia recebida às primeiras horas da noite de ontem através da Voz do Brasil, e confirmada pelas agências telegráfica teve larga repercussão (A RAZÃO, 7 Abril 1964, p. 1).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Sr. Eduardo Rolim, recebeu um telegrama com o seguinte teor:

[...] OF. Urgente Presidente Câmara municipal Santa Maria. L 339 Planalto Brasília-345902 NIL 8-20 SEC 8.56 – TENHO HONRA INFORMAR VOSSÊNCIA EXMO PRESIDENTE REPÚBLICA ASSINOU DECRETO DATADO ONTEM PRAZO 10 ANOS CIDADÃOS PAULO DEVANIER LAUDA ET ADELMO SIMAS GENRO pt SAUDAÇÕES pt GEN BDA ERNESTO GEISEL SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL [...] (ATA n. 29, 11 Maio 1964).

Desse modo, a cidade de Santa Maria, na ocasião do Golpe Civil-Militar, sofreu conseqüências, entre elas, o fim dos direitos políticos. A cassação dos mandatos foi um instrumento utilizado pelo Executivo com o objetivo de silenciar os opositores do novo sistema implantado em 1964.

O evento atingiu a banca trabalhista formada pelo PTB, que tinha como Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria o vereador Eduardo Rolim o qual não aceitava as medidas impostas pelo governo militar. Na ocasião do recebimento do telegrama do Secretário do Conselho de Segurança Nacional, quando declarava vagos os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Santa Maria, Rolim e outros se manifestaram na sessão da Câmara de vereadores de Santa Maria:

[...] O Partido Trabalhista Brasileiro declara que não poderia deixar de comentar, em face do telegrama que declara vagos os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, o pensamento da bancada de seu partido. Diz que, de conformidade com a Constituição de 1946 e o próprio Ato Institucional, reconhece o poder da Revolução, lembrando que no 1º da Constituição que diz “ que todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”. Faz considerações, em torno de cassações de mandato e suspensão de direitos políticos, nos quais não tiveram os atingidos o direito de defesa. [...] Vereador Oreste Dalcin, declara ser um momento de comoção, até certo ponto, pois marca a culminância da Revolução que atinge nosso município (ATA n. 30, 12 Maio 1964).

Continuam os vereadores a se pronunciar:

[...] O vereador Valdyr Aita Mozzaquatro que acaba de ser empossado no cargo de Prefeito Municipal, dizendo que, agora, os partidos políticos passarão a ter nomes que possam, dirigir Santa Maria condignamente. Vereador Abílio Dalla Corte, diz que se encontra a vontade, pois a Constituição, assegura-lhes o direito de defesa da integridade da pátria, seja contra os inimigos externos ou internos. O vereador Valdir Mozzaquatro, declara [...] sua passagem será meteórica, de vez que permanecerá poucos dias, até a eleição, através de eleição indireta do novo Prefeito. Santa Maria, nesta hora grave, precisa de um Prefeito que paire acima dos interesses partidários. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 30, 12 Maio 1964).

Além do vereador Dalla Corte ter uma visão da tomada do poder através do golpe ser uma “revolução democrática”, esta serviria para expurgar os “inimigos da pátria”. Entendemos que os inimigos, a ordem intensamente defendida pelos novos ocupantes do poder, está diretamente ligada ao pensamento conservador do qual os militares passaram a ser os grandes defensores no Brasil autoritário.

A Câmara de Vereadores Municipal recebeu a notícia da prisão do vereador Renan Kurtz:

[...] usou da palavra: Vereador Eduardo Rolim, comunicado que, na tarde de hoje, foi preso o Vereador Renan Kurtz e solicitado da Presidência providências quanto à prisão especial a que tem direito como membro desta casa. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 43, 10 Junho 1964).

Num contexto de discussões antagônicas entre os parlamentares municipais, a Câmara de Santa Maria recebeu a notícia da prisão de Renan Kurtz.

Na seqüência das Atas, encontra-se o seguinte teor:

Vereador Valdyr Mozzaquatro [...] diz que a finalidade da Revolução, não é só punir os corruptos, mas eliminar os elementos subversivos. A Mesa comunicou que manteve contato com o Comando da 3ª. DI, sobre a prisão do Vereador Renan Kurtz, que ainda se encontra incomunicável, mas em prisão especial. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 44, 12 Junho 1964).

Nessa perspectiva, os que ousavam questionar, refletir, discordar, sofriam as consequências do autoritarismo, sendo considerados subversivos e inimigos da pátria. Por meio da repressão, representada principalmente pelas cassações, prisões, o governo autoritário buscou demonstrar para a sociedade que esta situação se fazia necessária, para garantir a estabilidade “ameaçada pelo socialismo”.

A imprensa local traz em seu editorial a seguinte chamada:

Relaxada prisão
Preventiva dos presos políticos.
Encontram-se em liberdade desde sábado último os presos políticos que se encontravam recolhidos à 3.a Cia. de Apoio que são:
Jorge Achutti Mothcy, Balthazar Mello, Arthur Pereira da Silva, Augusto Galmarine Flores, Francisco Paulo dos Santos Lemes, Guilherme Jardim Nunes e Ervandil da Rosa Santos.
A decisão foi tomada na manhã de sábado passado, pelo Conselho Permanente de Justiça [...]. No mesmo dia (sábado) foi expedido o alvará de soltura, tendo o mesmo sido comunicado ao QG da 3.a D.I., que imediatamente mandou pô-los em liberdade (A RAZÃO, 12 de jan. de 1965, p. 6).

Nesse cenário, sugere-se que as posturas políticas do Poder Militar de Brasília no Legislativo santa-mariense tanto tiveram vozes também de apoio de vereadores, como também daqueles que não aceitavam a postura da Ditadura Civil-Militar, havendo uma efervescência de discussões políticas.

Verifica-se que a repressão política se abateu sobre vários cidadãos santa-marienses, considerados pelos militares como adversários do governo instalado em abril de 1964. Na maioria dos casos de prisões, as vítimas eram acusadas de exercerem atividades políticas de apoio ao governo deposto e de lutarem pelas representações populares, que iam ao encontro às idéias socialistas.

Nota-se que chegavam ao plenário da Câmara de Vereadores notícias de pressões que afetavam educadores santa-marienses, conforme a seguinte passagem:

[...] declara o vereador Rolim que o 'terrorismo cultural' já chegou no Rio Grande do Sul. E prosseguindo em sua manifestação o orador declara que, em Santa Maria, também já chegou o 'terrorismo cultural' informando da circulação de listas entre os professores da Universidade de Santa Maria, antes do lançamento nessa cidade do livro 'Encontro com o Tempo', de autoria do General Justino Alves Bastos, para que aqueles professores assinassem as referidas listas indicando se desejavam ou não adquirir um exemplar desse livro [...]. Câmara de Vereadores. Santa Maria. (ATA n. 218, 18 Nov. 1965).

Identifica-se, nesse discurso, a presença oposicionista nas sessões da Câmara que ultrapassava os muros daquela casa e fazia redundar os interesses de controle do pensamento crítico dos educadores.

Sendo a História Política um elemento explicativo, conforme referido no início deste trabalho, parte-se do suposto que a concepção de política não está reduzida às instituições oficiais, mas que também se relacionam às faces culturais, dando respostas às mais variadas questões que envolvem os atores inseridos na sociedade. O vereador Rolim refere-se ao terrorismo cultural pelo qual passava o Brasil. Conforme Ridente:

Talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais maçado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. [...] As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político e estético (2003, p. 135).

Buscava-se, através das atividades culturais, principalmente do teatro, do poema e da música, a interação cultural, ou seja, essas atividades propiciaram novas formas de pensar e construir um país mais politizado e justo. O início dessa década é destacado pelo autor como

um período de contestações, por pessoas que se empenharam na construção de novas formas de convivência e de cultura, paralisadas com o golpe civil-militar em 1964. Pode-se afirmar que foram paralisados porque o golpe fizera com que a produção artístico-cultural politizada fosse desaparecendo, principalmente com a decretação do AI-5. Sendo assim, considera o governo civil-militar totalmente repressor e os movimentos culturais no decorrer do período ditatorial, que continuaram atuando buscaram a via da despolitização, ou seja, a consciência crítica foi perseguida nos governos militares.

Observa-se, nesse contexto, um recrudescimento do governo, a instalação da censura, da repressão e da violência, na tentativa de silenciar as vozes contrárias às diretrizes daqueles que assumiram em 1964.

Em Santa Maria, os professores universitários deveriam assinar uma lista, afirmando a compra ou não do livro de autoria do General Justino Alves Bastos. Por que os profissionais da educação deveriam assinar a lista, caso não houvesse interesse na aquisição? Parece ser como discursou Rolim “terrorismo cultural”. Pergunta-se: se o livro fosse de autoria de um civil, os professores deveriam assinar a lista, quando não fosse de seus interesses comprarem o dito livro. Por isso, concorda-se com Rolim, uma vez que, através das evidências, parece ser “terrorismo cultural”.

O jornal *A Razão* detinha um perfil de publicar em seus editoriais os acontecimentos de nível nacional, conforme a que segue:

O general.

Costa e Silva, nosso bravo ministro da guerra, é um homem franco. Durante sua última visita ao nordeste, repetiu mais de 20 discursos que pronunciou a seguinte declaração. O governo não precisa de base política porque tem uma mais segura. A militar (A RAZÃO, 17 de jan. de 1965, p. 3).

Percebe-se que o jornal local foi um veículo de disseminação das idéias do governo militar. Através do discurso de Costa e Silva, o mesmo afirmou que o governo estava estruturado sobre as bases de forças militares, ou seja, a ditadura.

Inconformado com as medidas de cassação política,

[...] O Vereador Eduardo Rolim, inicialmente dizendo de sua inconformidade e revolta com as novas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, declarando ser uma arbitrariedade de um poder de força contra uma liderança civil desarmada. E referindo-se às anuidades impugnações de candidaturas no próximo pleito, afirma que a ação do governo visa permitir que concorram somente candidatos inexpressivos, caso se efetive o fato noticiado. Câmara de Vereadores. Santa Maria. (ATA n. 305, 13 Out. 1966).

Nota-se que havia nos objetivos do Executivo a escolha de quais candidatos deveriam trilhar o caminho da política, sendo que, através de imposições como as cassações e suspensões de direitos políticos, tudo era direcionado de acordo com a conjuntura política pós-64.

Frente a sua postura política oposicionista aos eventos de cassação, o vereador

[...] Darcy Mortari [...] chama atenção da Mesa com referência à convocação de suplente para a vaga do vereador Eduardo Rolim que teve seu mandato cassado. Câmara de vereadores. Santa Maria. (ATA n. 343, 03 Abr. 1967).

O vereador Eduardo Rolim, eleito pelo PTB, ficou afastado da política, pois teve os seus direitos políticos cassados por dez anos. Com a extinção do pluripartidarismo e a criação somente de duas agremiações, MDB e ARENA, o mesmo filiou-se ao MDB.

Este acontecimento provocou debates na Câmara com o edil Octavio Thomasi Filho, entre outros, os quais declaram:

[...] que realmente há necessidade da pacificação dos espíritos no país e também pede justiça e que o governo dê oportunidade a justiça civil no país para que possa bem julgar aqueles atingidos pelo movimento de 31 de março de 64, porque se assim fizer, afirma, em muitos o governo teria que pedir desculpas a atuais injustiças, afirmando ainda que anistia é para condenado ou para criminosos mas o que devem fazer é revisão processual afim de verificar quem cumpriu com o dever naquela ocasião. Vereador Adair Maciel, dizendo do justo protesto contra [...] Lei de Segurança Nacional [...]. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 471, 12 Dez. 1968).

Percebe-se, nos pronunciamento dos vereadores, manifestações contrárias à atuação do poder central. O autoritarismo exercido pelo Executivo nacional teve forte articulação na Lei de Segurança Nacional, que passou a ser utilizada para justificar os mecanismos de repressão:

[...] em consequência da atual política econômica e financeira do governo federal, firmas comerciais locais e em geral a indústria passam sérias dificuldades e a situação do assalariado também é cada vez mais agravada, afirmando ainda se orgulhar de pertencer ao MDB. O Vereador Erony Paniz declarando que o país está plena democracia, citando como ex. a liberdade que os próprios vereadores gozam de dizerem o que desejam [...]. Câmara de Vereadores. Santa Maria (ATA n. 472, 19 Fev. 1968).

O vereador Octavio Thomasi Filho, do PTB, denunciou as medidas econômicas do Governo Federal, salientando que elas estavam afetando negativamente vários segmentos

econômicos de Santa Maria, opinião que não encontrava respaldo em Paniz, o qual defendia as medidas governamentais.

Em meio aos discursos oposicionistas, encontram-se falas de apoio à Ditadura Civil-Militar, já na Presidência do Marechal Costa e Silva:

[...] Vereador Abílio Dalla Corte, em comunicação de líder, se congratula pelo 4^a aniversário da Revolução de 31 de março, que nesse dia será comemorado pelo povo, em nome do qual foi feita, uma profissão de fé de esperança nos destinos da Pátria Brasileira, que tem a comandá-la o honrado e dinâmico Marechal Arthur da Costa e Silva e lamenta que integrantes da bancada do MDB tenham se retirado do Plenário. Câmara de Vereadores. Santa Maria. (ATA n. 485, 28 Março 1968).

Verifica-se o apoio do vereador Abílio Dalla Corte ao novo modelo civil-militar, enaltecendo a consolidação da “Revolução”, quando do seu aniversário. Ao mesmo tempo, o edil atribuía valores heróicos ao governo de Costa e Silva.

Enquanto o

[...] Vereador Octavio Thomasi Filho, referindo-se ao movimento de março de 1964 declara que a revolução de março de 1964, foi feita por um grupo econômico que enganaram o povo, exemplificando cita o caso da constante elevação do custo de vida e pergunta por que não combatem agora a inflação, [...] Vereador José A. Mello, tecendo críticas ao movimento de março de 1964 declara que os seus autores desejavam somente era tirar o PTB do poder e que nada fazem em benefício do povo e do país. Câmara de Vereadores. Santa Maria. (ATA n°.486, 1º Abril 1968).

O plenário noticiou a existência de uma relação entre ajuda pecuniária com a vitória nas urnas da ARENA. Possivelmente, era importante ter nos poderes constituídos representantes deste partido, base da Ditadura Civil-Militar.

Sugere-se que, em 1968, através dos documentos consultados, principalmente após a decretação do Ato Institucional N°. 5, a atuação da Ditadura Civil-Militar começou a restringir duramente a ação dos parlamentares em Santa Maria, condicionando-os sob o risco da perda das garantias políticas. Assim, os políticos, no Parlamento santa-mariense, passaram a diminuir a abordagem de assuntos referentes ao panorama político nacional e local.

4 CONCLUSÃO

A realização deste trabalho teve como foco o Legislativo municipal santa-mariense durante parte da Ditadura Civil-Militar (1964-1968), as consequências deste período nas ações dos edis, bem como a relação do campo local (Santa Maria - RS) com o quadro nacional. A partir disso, vieram à tona alguns aspectos referentes às discussões referenciadas, que demonstraram a realidade vivida por seus agentes e as circunstâncias que lhes permearam as ações. O poder autoritário, instalado no Brasil, via Ditadura Civil-Militar, encontrou, no campo político, um dos meios de disseminação dominante que buscava atingir objetivos e legitimar o novo sistema político pós-64.

Nesse ínterim, retoma-se a discussão acerca da conjuntura política brasileira, iniciada com a deposição do Presidente da República João Goulart, motivada por momentos de crises econômicas e de grandes mobilizações operárias e estudantis que procuravam defender novas reformas políticas (Reformas de Base). Não obstante, reforçadas pela quebra de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, fato que culminou na interferência dos militares, por conseguinte, respaldados por uma burguesia descontente com a economia e por um ambiente de intranquilidade, exigindo uma intervenção mais representativa.

O processo civil-militar resultou num cenário político que tinha no Exército brasileiro sua base armada. Os militares adotaram medidas antidemocráticas, valendo-se da repressão e cassação dos principais direitos políticos e individuais da população do país.

Para tanto, foram editados os Atos Institucionais que davam sustentação ao Executivo para formalizar e levar adiante o seu modelo de governo, cerceando as liberdades políticas dos cidadãos brasileiros que eram contrários àquele modelo de segurança e desenvolvimento. Nesse sentido, sugere-se que os representantes dos partidos políticos brasileiros sofreram uma vigilância e um controle implantado pelo governo. Nesse pressuposto, os partidos políticos foram atingidos através de cassações e perdas de mandato, tanto no Legislativo como no Executivo, ocasionando um significativo enfraquecimento dessas agremiações na consolidação de propostas que visavam base política no Congresso Nacional. Com representação da maioria conservadora, através do bipartidarismo, a repressão política que favorecia os planos governamentais pertencia à ARENA, enquanto que a posição moderada era do MDB.

Era perigosa a manifestação contrária, porque os Atos Institucionais legitimavam o Executivo Nacional e seus interesses, defendendo as medidas adotadas pelo governo central.

Entretanto, havia também vereadores do MDB que, da tribuna municipal, faziam considerações sobre o momento político nacional. Santa Maria demonstrava ser um polo de efervescência política. Acirrados debates políticos ocorreram entre os que aceitavam e entendiam a proposta dos governantes civil-militares, como a mais pertinente para ser trabalhada e àqueles que eram contrários à nova proposta consolidada. Assim, as discussões e os resultados dos embates no contexto do Legislativo santa-mariense colaboraram para demonstrar a efervescência política em que os representantes do Legislativo municipal se envolviam e, em decorrência, colaboravam para que o nacional alcançasse a abrangência local.

Nessa construção política do cenário nacional, relacionando ao local, que o Legislativo santa-mariense foi orientado pela Ditadura Civil-Militar e vivenciou sua política, quando teve o Legislativo e o Executivo atingidos através das cassações de direitos políticos e prisões de parlamentares. Infere-se que a política nacional influenciou fortemente o Legislativo local, deixando exemplos marcantes para a política desta cidade.

A política brasileira passou por profundas reformulações para adequar-se ao novo sistema vigente. Nesse âmbito, a figura dos legisladores passou a ser impedida de expor idéias, de relacionar-se de forma dinâmica com a sociedade de onde era oriundo, principalmente se houvessem questionamentos às ações do período.

A importância das discussões políticas na vida dos sujeitos encontra-se na produção e na elaboração de embates, por meio da atuação do Legislativo e do Executivo, em conjunto com a comunidade, no meio em que está inserido. As relações precisam ser analisadas e compreendidas de forma ampla, uma vez que perpassam o viés político, o social e o cultural, num contexto em que são amalgamados os processos de construção de identidade dos indivíduos envolvidos.

Em uma sociedade sob o domínio do poder autoritário, estes elementos estão ligados ao cerceamento, à força e, conseqüentemente, ao silêncio. Dessa forma, as práticas políticas que perpassam pelas discussões sob o domínio da ideologia autoritária deixam de construir importantes caminhos para a formação de vozes conscientes e críticas.

Entende-se que esse foi um dos objetivos do regime ditatorial instalado no Brasil em 1964. Através da censura, a realidade dos fatos não chegava ao conhecimento da população, sendo assim, não representavam ameaça ao sistema político dominante. A Ditadura Civil-Militar utilizou-se da política para legitimar sua ideologia, que passava à mera formalidade, sem contextualizar os problemas de sua comunidade. Portanto, a atuação dos legisladores baseava-se no cumprimento das normas que o poder central designava. Os que atuaram de

maneira reflexiva foram considerados sujeitos perigosos para a sociedade, e, para tanto era necessário serem banidos do convívio social.

Havia uma concepção dos que passaram a governar o Brasil no período de exceção, de que o país estaria sendo tomado por idéias comunistas, por conseguinte, prejudiciais e subversivas, sendo criado o “inimigo interno”. Todos aqueles que compactuavam com idéias de esquerda, ou seja, contrárias à ideologia política dos governos pós-1964, passaram a ser considerados subversivos e inimigos da pátria e deveriam ser silenciados.

Nessa direção, foi possível entender os pronunciamentos dos vereadores. Em Santa Maria, não foi diferente do restante do país. Tornou-se uma cidade dividida entre os que apoiavam o novo regime e os que foram contra. O Prefeito Paulo Lauda e o Vice Adelmo Simas Genro, legitimamente eleitos, foram cassados. Na sessão da Câmara de Vereadores, em 6 de abril, os vereadores do PTB, Homero Behr Braga, Renan Kurtz e Eduardo Rolim criticavam as últimas ocorrências e entendiam que o Estado brasileiro havia sofrido um Golpe.

As respostas encontradas na realização da pesquisa não têm a pretensão de apresentar uma única forma de abordagem para a política no pós-1964. Constata-se que, em vários momentos, houve resistência por parte dos edis, que, em sua maioria, foram forçados a agir conforme o projeto do poder de exceção para legitimar o poder. Os que não aceitavam as regras do jogo eram legal e ilegitimamente cassados.

Entende-se que o processo da construção do conhecimento é amplo, podendo ocorrer aprofundamentos através de novos estudos das fontes pesquisadas. Portanto, sendo a pesquisa histórica sempre dinâmica, esse trabalho poderá ser ampliado por discursos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 26 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CHACON, Vamireh. **Histórias dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 3 ed. Brasília: UNB, 1998.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH/CNPQ, jan./jun. 2004.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

FICO, Carlos. **Além do Golpe versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2004.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HABERT, Nadine. **Apogeu e crise da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **Histórias: novos problemas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KONRAD, Diorge Alceno. Seqüelas de Santa Maria: Memórias do Apoio e da Resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional**. Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura/CORAG, 2006.

KUHN, Dione. **Brizola: da legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente 1964-1980**. São Paulo: Ática, 1988.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

RECHIA, Aristilda. **Santa Maria: panorama histórico-cultural**. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Benedito; NETTO, A. G. de M.; et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

SILVA, Hélio. **General Olympio Mourão Filho Memórias: A verdade de um revolucionário.** Porto Alegre: L&PM, 1978.

STOPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH/CNPQ, jan/jun. 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964.** Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 1º Abr. 1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 2 Abr.1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 5 Abr.1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 6 Abr. 1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 7 Abr.1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 26 Abr. 1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 8 Maio 1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 26 Maio 1964.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 12 Janeiro 1965.

JORNAL A **RAZÃO**, Santa Maria, 17 Janeiro 1965.

JORNAL *A RAZÃO*, Santa Maria, 20 Janeiro 1967.

Atas. Câmara Municipal de Vereadores Santa Maria. n.ºs 15, 16, 17, 22, 29, 30, 35, 44, 45/64.

Atas. Câmara Municipal de Vereadores Santa Maria. n.ºs 208, 218/65.

Atas. Câmara Municipal de Vereadores Santa Maria, n.ºs 249, 305, 343/66.

Atas. Câmara Municipal de Vereadores Santa Maria, n.º. 343/67.

Atas. Câmara Municipal de Vereadores. Santa Maria. n.º. 471, 472, 485, 486, 487, 542/68.